

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL MACHISTA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Cátia Soraia Jesus¹ e Edla Eggert²

Resumo

A violência institucional machista nas universidades federais constitui um fenômeno estrutural que impacta a trajetória profissional e pessoal de funcionárias públicas docentes e administrativas, evidenciando desigualdades históricas e persistentes no ensino superior. Este artigo apresenta um recorte analítico de uma pesquisa qualitativa em andamento, focalizando as dimensões organizacionais e simbólicas da violência institucional que afetam a valorização e as condições de trabalho das mulheres na universidade. O objetivo é analisar como essas violências se manifestam no cotidiano institucional e quais efeitos produzem sobre a permanência, a saúde e as oportunidades de reconhecimento profissional das servidoras. A investigação baseia-se em revisão bibliográfica de estudos feministas e de gênero, análise documental de normativas e políticas institucionais e na realização de uma roda de conversa com funcionárias públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esse material empírico permitiu identificar percepções e experiências relacionadas a aspectos como dupla jornada de trabalho, acesso a cargos de chefia, assédio moral e sexual e desigualdades nos processos de reconhecimento acadêmico. Os resultados parciais indicam que a violência institucional machista opera de forma cotidiana e estrutural, produzindo hierarquias de gênero, racializadas e ocupacionais, e evidenciam lacunas nas respostas institucionais, que frequentemente minimizam ou invisibilizam as experiências das mulheres. Conclui-se que o enfrentamento dessas violências exige transformação das práticas de gestão universitárias, revisão das políticas institucionais e implementação de medidas de prevenção e responsabilização capazes de promover equidade de gênero e ambientes acadêmicos seguros. O estudo contribui para o debate acadêmico sobre violência de gênero ao evidenciar como dinâmicas institucionais e organizacionais reproduzem desigualdades no espaço universitário, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de políticas universitárias mais inclusivas e eficazes.

Palavras-chave: Ensino superior; Ações institucionais; Interseccionalidade; Violência contra as mulheres.

¹Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Servidora pública federal na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: catia.jesus@ufrgs.br

²Doutora em Teologia pela Faculdade EST com Pós-Doutorado pela Universidad Nacional de La Plata (UNLP), Argentina. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: edla.eggert@gmail.com



MACHIST INSTITUTIONAL VIOLENCE IN FEDERAL UNIVERSITIES

Abstract

Institutional sexist violence in federal universities constitutes a structural phenomenon that affects the professional and personal trajectories of female public employees—both academic and administrative—revealing historical and persistent inequalities in higher education. This article presents an analytical excerpt from an ongoing qualitative study, focusing on the organizational and symbolic dimensions of institutional violence that affect the recognition and working conditions of women at the university. The objective is to analyze how these forms of violence manifest in everyday institutional life and what effects they produce on women employees' permanence, health, and opportunities for professional recognition. The research is based on a literature review of feminist and gender studies, documentary analysis of institutional regulations and policies, and the organization of a discussion circle with public employees from the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). This empirical material made it possible to identify perceptions and experiences related to aspects such as the double work burden, access to leadership positions, moral and sexual harassment, and inequalities in processes of academic recognition. The preliminary results indicate that sexist institutional violence operates in both everyday and structural ways, producing gendered, racialized, and occupational hierarchies. They also reveal gaps in institutional responses, which often minimize or render women's experiences invisible. It is concluded that confronting these forms of violence requires transformations in university management practices, a review of institutional policies, and the implementation of prevention and accountability measures capable of promoting gender equity and safe academic environments. The study contributes to the academic debate on gender-based violence by highlighting how institutional and organizational dynamics reproduce inequalities within the university space, offering insights for the development of more inclusive and effective university policies.

Keywords: Higher education; Institutional actions; Intersectionality; Violence against women.

VIOLENCIA INSTITUCIONAL MACHISTA EN LAS UNIVERSIDADES FEDERALES

Resumen

La violencia institucional machista en las universidades federales constituye un fenómeno estructural que impacta la trayectoria profesional y personal de las funcionarias públicas, tanto docentes como administrativas, evidenciando desigualdades históricas y persistentes en la educación superior. Este artículo presenta un recorte analítico de una investigación cualitativa en curso, centrada



en las dimensiones organizacionales y simbólicas de la violencia institucional que afectan la valoración y las condiciones de trabajo de las mujeres en la universidad. El objetivo es analizar cómo estas violencias se manifiestan en la vida cotidiana institucional y qué efectos producen sobre la permanencia, la salud y las oportunidades de reconocimiento profesional de las trabajadoras. La investigación se basa en una revisión bibliográfica de estudios feministas y de género, en el análisis documental de normativas y políticas institucionales y en la realización de una rueda de conversación con funcionarias públicas de la Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Este material empírico permitió identificar percepciones y experiencias relacionadas con aspectos como la doble jornada de trabajo, el acceso a cargos de dirección, el acoso moral y sexual y las desigualdades en los procesos de reconocimiento académico. Los resultados parciales indican que la violencia institucional machista opera de forma cotidiana y estructural, produciendo jerarquías de género, racializadas y ocupacionales, y evidencian vacíos en las respuestas institucionales, que con frecuencia minimizan o invisibilizan las experiencias de las mujeres. Se concluye que el enfrentamiento de estas violencias exige la transformación de las prácticas de gestión universitaria, la revisión de las políticas institucionales y la implementación de medidas de prevención y de rendición de cuentas capaces de promover la equidad de género y entornos académicos seguros. El estudio contribuye al debate académico sobre la violencia de género al evidenciar cómo las dinámicas institucionales y organizacionales reproducen desigualdades en el espacio universitario, ofreciendo aportes para el desarrollo de políticas universitarias más inclusivas y eficaces.

Palabras clave: Educación superior; Acciones institucionales; Interseccionalidad; Violencia contra las mujeres.

1. Introdução

A violência institucional machista nas universidades federais constitui uma manifestação estrutural das desigualdades de gênero, atravessando relações de poder, organização do trabalho e práticas institucionais. Ainda que o espaço universitário seja reconhecido socialmente como local de produção do conhecimento, democratização e formação cidadã, ele tem produzido historicamente padrões patriarcais que afetam o bem-estar, a permanência e a progressão profissional das mulheres. Funcionárias docentes e administrativas são particularmente vulneráveis, uma vez que ocupam posições diversas na hierarquia acadêmica, muitas vezes desvalorizadas, invisibilizadas ou sujeitas a assédio moral e sexual, sobrecarga de trabalho e barreiras para acesso a cargos de chefia.

Este artigo apresenta um recorte analítico de uma pesquisa qualitativa mais ampla sobre violência institucional machista nas universidades federais do Rio Grande do Sul, focalizando especificamente as percepções e experiências de servidoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) acerca das dinâmicas institucionais que produzem desigualdades de gênero no cotidiano



universitário. O objetivo do estudo é compreender como essas violências se manifestam no ambiente acadêmico, analisando seus mecanismos formais e informais e identificando seus efeitos sobre as condições de trabalho, o reconhecimento profissional e as trajetórias acadêmicas das mulheres. A pesquisa também considera a importância de uma abordagem interseccional para compreender a complexidade dessas experiências, reconhecendo que desigualdades de gênero se articulam a outros marcadores sociais, como raça e classe. Dessa forma, busca-se analisar como essas dimensões contribuem para a produção e reprodução de práticas institucionais que limitam a valorização e a participação plena das mulheres na vida acadêmica.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa em andamento, que combina revisão bibliográfica de estudos feministas e de gênero, análise documental de políticas, regimentos internos e instrumentos institucionais, e a realização de uma roda de conversa com funcionárias públicas da UFRGS. Esse material empírico possibilitou levantar questões relacionadas à dupla jornada de trabalho, ocupação de cargos de chefia, assédio moral e sexual, e desigualdades nos processos de reconhecimento acadêmico. Tais elementos foram analisados à luz do enfoque interseccional, que permite compreender como desigualdades de gênero, raça e classe se articulam na produção de experiências diferenciadas de violência institucional.

Os resultados parciais indicam que a violência institucional machista opera de forma cotidiana naturalizada, enquanto lacunas nas políticas e práticas institucionais contribuem para o silenciamento e a desvalorização das mulheres. Ao examinar essas dinâmicas, o estudo evidencia a necessidade de transformações estruturais nas universidades, capazes de promover maior equidade de gênero, fortalecer ambientes acadêmicos seguros e reconhecer de forma efetiva as contribuições das mulheres na produção do conhecimento.

2. A invisibilidade das mulheres nos espaços de educação formal

A trajetória das mulheres na educação formal brasileira é marcada por exclusão, invisibilidade e resistência, refletindo processos históricos de marginalização articulados a gênero, raça e classe. Desde o período colonial, o acesso das mulheres à instrução foi limitado, justificado por discursos morais e sociais que naturalizavam a subordinação feminina. Heleieth Saffioti (2013), em *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* evidencia que a escolarização feminina não seguiu um percurso linear, mas alternou avanços restritos e retrocessos, sempre influenciada por estruturas patriarcais e de classe que restringiam oportunidades de autonomia intelectual e social. A autora examina o percurso da educação feminina no Brasil, evidenciando que, desde o período colonial até meados do século XX, o acesso das mulheres à instrução foi marcado por expressivas desigualdades e por avanços restritos.

Durante as épocas colonial e imperial, a escolarização destinada às meninas era praticamente inexistente. Saffioti (2013, p. 291) observa que “o baixo nível de educação feminina é, assim defendido em nome da necessidade

moral e social de preservação da família, como se esta fosse incapaz de persistir através das mudanças que a evolução social lhe impõe frequentemente.” Segundo ela, a história da escolarização feminina não seguiu um percurso contínuo de progresso, mas foi marcada por avanços e retrocessos, sempre influenciados por estruturas patriarcais e de classe que limitaram significativamente o acesso das mulheres à educação. Nesse contexto de subjugação e invisibilidade das mulheres emergiram mulheres com atos de resistência e transformação que, por meio da produção intelectual e do engajamento social, abriram caminhos para a emancipação feminina na educação brasileira.

Nesse sentido, o legado de Maria Firmina dos Reis se destaca não apenas como pioneira da literatura abolicionista e a primeira romancista negra do Brasil, mas também como educadora, quando já aposentada, depois de ser professora primária por mais de 30 anos, fundou uma escola mista no Maranhão. Assim, rompendo com as normas que segregavam o ensino por gênero e raça, demonstrou como mulheres negras mobilizaram a educação como estratégia de emancipação em um cenário ainda marcado pela escravidão e pelo racismo estrutural.

Também no século XIX, Nísia Floresta (ano da obra Opúsculo Humanitário) figurou entre as primeiras intelectuais brasileiras a defender publicamente a instrução feminina. Influenciada pelo pensamento iluminista e por autoras como Mary Wollstonecraft (1759 - 1797), fundou um colégio para meninas, no Rio de Janeiro no ano de 1837 e produziu obras em que sustentava a educação das mulheres como fundamento para sua autonomia moral, intelectual e política. Sua atuação desafiou a tradição que relegava as mulheres ao espaço doméstico e lançou bases para o pensamento feminista no Brasil.

No século XX, Lélia Gonzalez ampliou o debate educacional ao incorporar uma perspectiva que hoje chamamos de interseccional, pois ela já articulava raça, classe e gênero como dimensões indissociáveis da experiência escolar de mulheres negras. Intelectual, professora e militante, denunciou a exclusão dos saberes afro-indígenas dos currículos e defendeu uma educação decolonial, comprometida com o reconhecimento e a valorização de epistemologias produzidas nas margens. Sua obra permanece como referência central para pensar uma educação orientada pela justiça social e pela superação das desigualdades estruturais. Citamos, ainda, a presença contemporânea de Mary Del Priore, que sob um viés historiográfico, contribui para a compreensão das múltiplas formas de vivência das mulheres brasileiras ao longo dos séculos, revelando que, mesmo sob normas opressoras, elas buscaram caminhos de autonomia e de produção de saber. Seu trabalho colabora para a reconstrução da história da educação a partir das experiências femininas historicamente silenciadas.

Revisitar as contribuições dessas autoras permite compreender que a luta das mulheres pela educação é, simultaneamente, uma luta por reconhecimento, liberdade e justiça social. Segundo Gerda Lerner (1993), historicamente, as mulheres foram sistematicamente excluídas do acesso ao conhecimento formal

como parte de uma estratégia ampla de manutenção do patriarcado. A autora argumenta que essa marginalização educacional não foi acidental, mas estruturada e sustentada ao longo dos séculos, limitando a autonomia intelectual das mulheres. Lerner (1993, p. 46 - 47)¹ afirma que “[...] *Las mujeres sufren, de modo casi universal, la marginación educativa en comparación con sus Hermanos y la educación es claramente, para las pocas mujeres que son capaces de obtenerla, un privilegio de clase* A autora percorre exemplos históricos, mostrando como mesmo quando as mulheres tinham algum acesso à instrução, essa era cuidadosamente restringida a temas considerados "adequados" ao seu papel social — religião, moralidade, artes domésticas —, enquanto o ensino de lógica, retórica e ciências eram reservados aos homens. Lerner (1993) aponta que na medida em que foram dadas prioridades aos interesses de um grupo social dominante (militares, religiosos e políticos), as mulheres foram sendo excluídas da educação institucionalizada.

Assim, a história do conhecimento foi escrita sob uma ótica masculina, invisibilizando a contribuição das mulheres e naturalizando sua subordinação. Lerner denuncia que até mesmo os movimentos progressistas falharam em romper com essa estrutura. Os movimentos iluministas e liberais, embora pregassem a liberdade e a igualdade, não estenderam tais ideais às mulheres em termos de educação, para a autora, só a partir da auto-organização e da criação de espaços autônomos de saber pelas próprias mulheres foi possível iniciar um processo de ruptura com essa lógica. A concluir o capítulo Lerner (1993, p. 82) explica que:

A resistência dos homens individualmente e das instituições por eles controladas era implacável e firme. Em cada nível das instituições educacionais, as mulheres precisaram, primeiro, lutar pelo direito de estudar; depois, pelo direito de ensinar; e, por fim, pelo direito de modificar o conteúdo do ensino. (tradução nossa).²

Lerner propõe que o acesso pleno e igualitário ao conhecimento é condição essencial para a emancipação das mulheres e para a democratização real da sociedade. A análise da autora evidencia que a exclusão das mulheres do acesso ao conhecimento formal constituiu-se como uma construção histórica intencional, voltada à manutenção de estruturas de dominação patriarcal.

3. A violência institucional machista nas universidades

Alma Rosa Mora Pizano (2011) ao refletir sobre a desigualdade de gênero na universidade autónoma Chapingo, situada no México, afirma que a violência

¹ “as mulheres sofrem, de modo quase universal, a marginalização educacional em comparação com seus irmãos, e a educação é claramente, para as poucas mulheres que conseguem obtê-la, um privilégio de classe” (tradução nossa)

² LERNER, 1993, p. 82. “La resistencia de los hombres individualmente y de las instituciones controladas por los hombres era implacable y firme. En cada nivel de las instituciones educativas, las mujeres primero tenían que luchar por su derecho a estudiar, luego por el derecho a enseñar y finalmente por el derecho a modificar el contenido de la enseñanza”

de gênero atua como um mecanismo de controle e disciplinamento social no contexto universitário, sustentando que tal violência não constitui um fenômeno isolado, mas sim um dever que reforça hierarquias patriarcais e opera como um mecanismo de poder que legitima e naturaliza a subordinação das mulheres. A autora ressalta, ainda, que embora a universidade seja um espaço de produção de conhecimento, ela também reproduz lógicas falocêntricas que controlam os corpos das mulheres, restringindo sua autonomia e sua participação social. Por fim, critica a inércia das instituições educacionais diante da violência de gênero, destacando a urgência da implementação de políticas capazes de desarticular a violência enquanto mecanismo de regulação social.

Essa estrutura inflexível, somada à reprodução histórica e cultural de uma lógica patriarcal, na qual o masculino é estabelecido como referência central para a organização social, resultou na exclusão sistemática das mulheres dos espaços educacionais formais, especialmente do ensino superior. Como consequência, perpetuaram-se práticas discriminatórias que reforçaram a desvalorização dos papéis femininos na sociedade e limitaram, por gerações, suas oportunidades de desenvolvimento acadêmico, profissional e social. De acordo com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2022, online):

Por muito tempo, houve a crença na existência de diferenças cognitivas entre homens e mulheres e, por isso, a educação era determinada pelo gênero. Assim, muitas mulheres foram afastadas dos estudos e da ciência, que historicamente são vistas como atividades realizadas por homens, por seu caráter racional e objetivo.

Diante disso, fica evidente que as violências contra as mulheres são uma construção histórica de caráter milenar, alimentada por diversos campos sociais. Nesse contexto, o reconhecimento e a inclusão das mulheres em diferentes áreas se apresentam como uma estratégia fundamental para prevenir essas violências, e a educação desempenha um papel central nesse processo transformador. Contudo, após a conquista pela inclusão do público feminino na educação formal na década de 1960 no Brasil, Milena Fernandes Barroso (2021) afirma que outro desafio permanece, que é o enfrentamento das violências contra as mulheres nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Enquanto parte integrante do contexto social, as universidades deveriam constituir-se como espaços de respeito e de fortalecimento das mulheres, assegurando o exercício de seus direitos e a efetivação de sua dignidade humana. No entanto, sua trajetória histórica revela episódios de violação dos direitos fundamentais, sociais, políticos, individuais e coletivos das mulheres. Além disso, configuram-se como instituições de normatização e disciplina, estruturadas a partir das exigências do patriarcado, do racismo e do capitalismo. Tais condicionamentos favorecem a concentração das mulheres em determinados campos do saber e impõem barreiras ao acesso a financiamentos, à progressão na carreira acadêmica e ao reconhecimento de sua produção científica, segundo entendimento de Ana Claudia Lopes Martins (2022).

Tânia Mara Campos de Almeida e Valeska Zanello (2022) reúnem estudos que evidenciam a presença estrutural e multifacetada das violências de gênero no ambiente acadêmico, destacando como estas se manifestam de forma simbólica, psicológica, física e institucional. Ao apresentarem análises críticas de diferentes contextos da América Latina, reforçam o que as autoras que compõem este projeto têm afirmado de que as universidades, embora espaços de formação cidadã, também reproduzem práticas patriarcais, racistas e excludentes. Ao juntarem estudos sobre situações de assédio, discriminação e silenciamento das mulheres, Almeida e Zanello (2022) destacam a invisibilidade das mulheres no contexto acadêmico, pois:

Afinal, nossos nomes não estão estampados como fundadoras de saberes disciplinares, nossos primeiros nomes são omitidos em referências bibliográficas, onde figuramos pelos nomes de família, em geral oriundos da linhagem paterna, ou seja, nossos nomes e nomear nossas vivências desafiadoras e difíceis na academia soam dissonantes do que se entende o lócus do mérito, da razão e da genialidade pessoal, os quais seriam, por natureza no patriarcado, próprios aos homens. (Almeida; Zanello 2022, p. 28).

Nesse sentido, como forma de enfrentamento à violência de gênero no ensino superior, é importante a proposição de reflexões sobre políticas de prevenção, acolhimento e responsabilização, contribuindo para a conscientização e valorização das mulheres. Dessa forma, constata-se que o enfrentamento das múltiplas formas de violência nas Instituições de Ensino Superior (IES) constitui um desafio de alcance nacional, que exige a implementação urgente de políticas e estratégias eficazes voltadas à conscientização, à prevenção e ao combate à violência contra as mulheres. Ao evidenciar que essa invisibilidade histórica está profundamente entrelaçada à reprodução de múltiplas formas de violência de gênero — simbólica, institucional, epistêmica e física —, reafirma-se que tais práticas não representam exceções, mas sim expressões estruturais do patriarcado no ambiente acadêmico.

Enfrentar essas violências demanda mais do que medidas punitivas: exige o comprometimento com ações educativas capazes de transformar mentalidades, reformular práticas institucionais e reconfigurar relações sociais marcadas pela desigualdade. É nesse horizonte, que temos com exemplo, o caráter pedagógico da Lei Maria da Penha, na medida em que prevê em seu artigo 8º, mecanismos para educar a comunidade escolar sobre o teor da norma. Esses instrumentos formativos ao serem implementados de forma interligadas pela sociedade civil e poderes do Estado – aproximam a Educação como aliada na formação de meninos e meninas conscientes do respeito aos direitos humanos das mulheres. Sua dimensão formativa se apresenta como uma ferramenta estratégica para a construção de uma cultura de prevenção e conscientização, consolidando-se como aliada essencial na promoção de ambientes universitários mais seguros, justos e igualitários para todas as mulheres.

Embora sua formulação esteja diretamente associada ao enfrentamento da violência no âmbito doméstico e familiar, a Lei Maria da Penha também possibilita reflexões mais amplas acerca das formas pelas quais a violência contra as mulheres se manifesta em diferentes espaços sociais. Nesse sentido, a legislação assume uma dimensão pedagógica e política ao contribuir para a construção de uma consciência social mais crítica sobre as desigualdades de gênero e suas múltiplas expressões. Essa perspectiva permite compreender que as violências contra as mulheres não se restringem às relações privadas, mas podem ser realizadas e naturalizadas em diferentes instituições sociais, inclusive aquelas responsáveis pela promoção de direitos.

Além disso, é importante destacar que a violência contra as mulheres na universidade precisa ser analisada sob uma perspectiva da interseccionalidade, termo cunhado pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw (1989), revela-se fundamental para compreender e enfrentar as violências contra as mulheres no ambiente universitário, bem como para promover políticas institucionais efetivas de valorização feminina. As desigualdades de gênero não se manifestam de forma homogênea, mas se articulam a outros marcadores sociais, como raça, classe social, origem territorial, deficiência, orientação sexual e identidade de gênero, produzindo experiências diferenciadas de vulnerabilidade e exclusão. Nesse sentido, a abordagem interseccional permite evidenciar que mulheres negras, indígenas, migrantes, com deficiência ou pertencentes a grupos historicamente marginalizados podem enfrentar formas mais intensas e complexas de violência e discriminação no espaço acadêmico. A literatura aponta que mulheres negras enfrentam formas sobrepostas de discriminação, resultantes da articulação entre gênero e raça.

Nessa perspectiva, sua condição de vulnerabilidade não decorre apenas do fato de serem mulheres, mas também das desigualdades estruturais associadas ao racismo. Assim, as diferentes experiências de violência que atingem as mulheres variam conforme a combinação de marcadores sociais que compõem suas posições interseccionais (Biroli, 2018). Ao reconhecer essas múltiplas dimensões das desigualdades, torna-se possível desenvolver estratégias institucionais mais sensíveis e inclusivas, capazes de promover não apenas a prevenção das violências, mas também a valorização das mulheres em sua diversidade. Assim, a interseccionalidade constitui um instrumento analítico e político essencial para a construção de ambientes universitários mais justos, democráticos e comprometidos com a promoção da igualdade de gênero.

Nesse contexto, é fundamental que as universidades assumam a responsabilidade institucional de desenvolver e aplicar medidas que coíbam práticas de assédio, discriminação e outras formas de abuso, garantindo, assim, a construção de ambientes acadêmicos seguros, inclusivos e comprometidos com a equidade de gênero. Para alcançar esse objetivo, é essencial articular o cumprimento da legislação nacional com a elaboração de normas internas específicas e complementares, capazes de responder às demandas sociais e acadêmicas contemporâneas. Trata-se de um campo em constante transformação, impulsionado tanto pelos avanços normativos quanto pela atuação da sociedade civil e dos movimentos feministas.



4. Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa (Creswell, 2014), de caráter exploratório (Gil, 2008), combinando revisão bibliográfica, análise documental e um estudo prévio com sondagem de opiniões sobre o tema realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por ocasião do Dia Internacional das Mulheres no ano de 2025, com a participação de funcionárias públicas em uma roda de conversa. Essa combinação metodológica buscou compreender tanto o que está formalmente previsto nas políticas institucionais quanto como essas normas se manifestam na prática cotidiana, influenciando relações de poder e condições de trabalho das mulheres.

As falas das participantes foram registradas em apontamentos detalhados, permitindo a percepção de experiências compartilhadas durante a roda de conversa. Esses registros foram sistematizados e analisados por meio de análise de conteúdo temática, em articulação com os documentos institucionais analisados. Os procedimentos seguiram normas éticas de pesquisa, garantindo anonimato e confidencialidade foram analisados documentos institucionais como regimentos internos e políticas de prevenção de assédio, considerando o período de 2000 a 2025, período em que a maioria das funcionárias participantes estava efetivamente trabalhando na universidade e facilitando a análise das práticas institucionais recentes.

A pesquisa encontra-se em andamento e, para esse artigo articula a revisão bibliográfica, a análise documental e a realização da roda de conversa prévia de sondagem a fim de explorar recorte de experiências da vida cotidiana das funcionárias como a sondagem inicial. A análise documental teve caráter preparatório para a realização da roda de conversa, permitindo identificar temas recorrentes nas normativas institucionais relacionadas à organização do trabalho acadêmico e às políticas de enfrentamento da violência de gênero. Foram examinados documentos institucionais de acesso público, tais como estatuto e regimento geral da universidade, códigos de ética e de conduta, normativas sobre prevenção e enfrentamento do assédio moral e sexual, bem como instrumentos institucionais voltados à promoção da igualdade de gênero. Considerou-se o período compreendido entre 2016 e 2025, de modo a contemplar documentos institucionais recentes, incluindo o atual instrumento de planejamento estratégico da UFRGS, que é o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2026, intitulado "Construa o futuro da UFRGS". A partir da análise documental, foram definidos os principais eixos temáticos que orientaram a roda de conversa preparadora de entrevistas coletivas futuras.

Para a análise dos dados, adotou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin, que envolve as etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados. Nessa perspectiva, o rigor metodológico não se limita à classificação do tipo de pesquisa, mas se fundamenta na explicitação clara do percurso analítico adotado e na justificativa das escolhas realizadas ao longo do processo investigativo (Bardin, 2016). Os registros provenientes da roda de conversa, bem como os documentos institucionais examinados, foram organizados e sistematizados a partir de

categorias analíticas construídas à luz do referencial teórico feminista e dos estudos de gênero. Entre as categorias identificadas destacam-se: divisão sexual do trabalho e dupla jornada; desigualdades no reconhecimento e progressão acadêmica; assédio moral e sexual; sub-representação feminina em cargos de liderança; e a dimensão interseccional das experiências de violência institucional.

O acesso às participantes ocorreu por meio de convite dirigido a funcionárias públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que aceitaram voluntariamente participar da roda de conversa. A atividade foi realizada em ambiente institucional e teve caráter coletivo e exploratório. Foram observados os princípios éticos que orientam pesquisas em ciências humanas, garantindo-se a participação voluntária, o respeito à confidencialidade das participantes e o uso das informações exclusivamente para fins acadêmicos. Os registros utilizados na análise correspondem a apontamentos gerais da atividade, sem identificação individual das participantes, preservando-se o anonimato e a integridade das envolvidas.

5. Resultados e discussões

Os achados parciais da pesquisa indicam que a violência institucional machista nas universidades opera de maneira estruturada e cotidiana, sendo reforçada por normas, rotinas administrativas e culturas organizacionais que reproduzem desigualdades de gênero. A análise documental revelou que, embora códigos de conduta e regimentos internos reconheçam formalmente a importância da equidade, são insuficientes os mecanismos de responsabilização, acolhimento e acompanhamento das denúncias, contribuindo para o silenciamento das mulheres. Esses elementos revelam que a violência institucional não se manifesta de forma isolada, mas é sistemática e atravessa as trajetórias profissionais das mulheres, afetando reconhecimento, produtividade e bem-estar. A leitura interseccional dos dados evidencia que mulheres negras, indígenas e ocupantes de posições administrativas menos prestigiadas enfrentam maior exposição à discriminação e à precarização do trabalho. Essa constatação dialoga com o referencial teórico, que demonstra como estruturas patriarcais e raciais historicamente consolidadas moldam as relações de poder nas universidades, reproduzindo a invisibilidade das contribuições femininas e limitando a autonomia e o protagonismo acadêmico.

Observa-se, ainda, uma dissociação entre discursos institucionais e práticas efetivas. As universidades frequentemente privilegiam respostas pontuais e individualizadas, negligenciando transformações estruturais necessárias à superação das desigualdades de gênero. Esse quadro reforça a necessidade de políticas institucionais integradas, capazes de promover equidade, ambientes seguros e valorização do trabalho das mulheres.

Por fim, os resultados parciais confirmam que a violência institucional machista é tanto histórica quanto contemporânea, estrutural e interseccional, exigindo uma compreensão ampla das dimensões simbólicas, administrativas e

organizacionais da desigualdade de gênero. A articulação entre histórico de invisibilidade feminina e experiências contemporâneas fornece subsídios teóricos e práticos para políticas institucionais mais eficazes e transformadoras.

5. Considerações finais

A análise desenvolvida neste artigo evidencia que a violência institucional machista nas universidades constitui um fenômeno estrutural que atravessa a organização do trabalho acadêmico, as relações de poder e os processos de reconhecimento profissional das mulheres. Ainda que o ensino superior tenha ampliado a presença feminina nas últimas décadas, as experiências relatadas por servidoras indicam que desigualdades de gênero continuam a marcar o cotidiano institucional, impactando trajetórias profissionais, condições de trabalho e possibilidades de progressão na carreira.

A partir do recorte analítico apresentado — centrado na análise documental e nas percepções de funcionárias públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) — os resultados parciais demonstram que a violência institucional se manifesta de forma cotidiana e frequentemente naturalizada. As experiências compartilhadas na roda de conversa evidenciam a presença de práticas institucionais que reproduzem desigualdades de gênero, tais como a sobrecarga de trabalho, dificuldades de acesso a posições de liderança, episódios de assédio moral e sexual e processos de desvalorização simbólica do trabalho feminino no ambiente acadêmico.

A incorporação de uma perspectiva interseccional permitiu compreender que essas experiências não se manifestam de forma homogênea entre as mulheres, sendo atravessadas por marcadores sociais como raça e classe. Essa abordagem amplia a compreensão da violência institucional ao evidenciar como diferentes dimensões das desigualdades sociais se articulam na produção de barreiras à valorização e ao reconhecimento profissional das mulheres no espaço universitário.

Os resultados reforçam que o enfrentamento da violência institucional machista demanda não apenas a existência de normas formais, mas também transformações nas práticas administrativas, na cultura organizacional e nos mecanismos de gestão universitária. Nesse sentido, torna-se fundamental o desenvolvimento de políticas institucionais capazes de prevenir violências, acolher denúncias, responsabilizar agressores e promover condições mais equitativas de participação e reconhecimento no ambiente acadêmico.

Como contribuição, este estudo evidencia a importância de analisar as dinâmicas institucionais que sustentam desigualdades de gênero nas universidades federais, destacando o papel das experiências e percepções das próprias servidoras na compreensão dessas violências. Ao trazer elementos empíricos do contexto da UFRGS, o artigo contribui para o debate acadêmico sobre violência de gênero no ensino superior e oferece subsídios para a formulação de políticas universitárias voltadas à promoção da equidade, à

valorização do trabalho das mulheres e à construção de ambientes acadêmicos mais seguros e inclusivos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tânia M. Campos de; ZANELLO, Valeska (Orgs.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022. pdf.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROSO, Milena Fernandes (Org.). **Violência contra as mulheres nas universidades**. Manaus: EDUA/ São Paulo: Alexa Cultural, 2021.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8. Available at: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**/ John W. Creswell: tradução: Sandra Mallmann da Rosa; revisão técnica: Dirceu da Silva. – 3. ed. – Porto Alegre: Penso, 2014. 341 p.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

LERNER, Gerda. **La creación de la conciencia feminista. Desde la Edad Media hasta 1870**. Pamplona: Katakarak, 1993.

MARTINS, Ana Claudia. Lopes et al. **O (não) lugar das mulheres na universidade**. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 25, n. 2, p. 340-360, jul./dez. 2022. pdf.

PIZANO, Alma Rosa Mora. In: HUACUZ, Guaddalupe (Coord.). **La bifurcación del caos: reflexiones interdisciplinarias sobre violencia falocéntrica**. Mexico: Itaca, 2011. p. 237-265.

REIS, Maria Firmina dos. **Ursula**. 7. ed. Atualização do texto, cronologia e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.



SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 291.

UFRGS, **(In) equidade de gênero nas instituições federais de ensino superior gaúchas.** Jornal da Universidade, 2022.

Recebido em: 30 de dezembro de 2025.

Aceito em: 13 de maio de 2026.

Publicado em: 27 de maio de 2026.

